



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO04/2021 PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇO 03/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, que dispõe:

"Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa do Prefeito Martins Dias de Oliveira, sendo que este e os secretários municipais, apresentaram a demanda de produtos que cada órgão necessita.

Justificaram que visam adquirir os materiais para a realização de pequenas reformas em instalações dos prédios públicos, atenuando riscos de acidentes decorrentes da falta de manutenção. Observe-se que a lista é única para todos os órgãos, repetindo-se os produtos e variando as quantidades, sem contudo, demonstrar os reparos que serão executados e os materiais necessários à cada uma.

O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada futuro e eventual fornecimento de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulico, para atendimentos de diversas secretarias e departamentos.

O objeto da licitação deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público. a Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

O objeto está descrito conforme exige a legislação vigente, porém, para melhor descrição do objeto deveria a administração determinar quais as reformas serão executadas e os materiais que serão utilizados em cada uma. De maneira que os materiais de construção, hidráulicos e elétricos fiquem vinculados com a obra de reforma de cada

1



secretaria. Assim, evita que seja dada "carta branca" para a compra de materiais de construção, hidráulicos e elétricos, com o direcionamento do produto para qualquer reforma, inclusive, fora dos órgãos solicitantes da licitação. A vinculação do material à reforma favorece o controle da administração sobre os materiais licitados.

Embora cada órgão tenha apresentado a demanda de produtos com a quantificação dos produtos que pretende licitar, não se encontra no Termo de Referência a totalização dos produtos que estarão sendo licitados para cada secretaria. O Edital deve declarar precisamente no Termo de Referência as quantidades que atenda à necessidade de cada órgão.

Mesmo que a modalidade de licitação seja o registro de preços, na qual os produtos licitados não terão suas quantidades obrigatoriamente adquiridas é fundamental que haja previsão de mínima de quantidades que serão adquiridas.

O planejamento das compras é necessário para garantir a eficiência da gestão administrativa. Com o planejamento das compras públicas o gestor evita distorções administrativas, facilita a gestão, elimina situações indesejáveis para a Administração, e assegura a viabilização de propostas estratégicas, metas e objetivos a serem atingidos. O planejamento é elemento essencial para alcançar a eficiência da administração.

A Lei de Responsabilidade Fiscal dedica o Capítulo II ao planejamento na administração pública, revelando a importância de o gestor planejar as ações administrativas. A bem da verdade, desde o artigo 1.º, a referida Lei 101/2000, destaca a responsabilidade do gestor para com o planejamento, transcreve-se:

"Art. 1º

§ 1º. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar".

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições".

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas.

Importante salientar que, conforme estabelecido pelo art. 15, § 4º, da Lei 8.666/93, in verbis: '§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições'. Portanto, a contratação efetuada por intermédio de registro de preços não é obrigatória, nem mesmo para o ente promotor/gerenciador da respectiva licitação.

3



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião


Vale ainda ressaltar, em apertada síntese, que os princípios aplicados às licitações são reflexos dos princípios do Direito Administrativo, essencialmente normatizado em sua estrutura. Ao selecionar particulares para prestação de serviços, ou fornecimento de produtos a administração não pode nunca se escusar da observação dos princípios concernentes à licitação, seja por questão de moralidade, seja por questão de legalidade, pois os princípios das licitações, mais que uma questão moral é uma questão legal, ante suas disposições na Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional (Lei Federal nº 8.666/93, dentre outras).

No caso, as quantidades licitadas, não significa que efetivamente serão comprados na totalidade, haja vista que a compra depende da demanda da Prefeitura, podendo variar as quantidades a serem compradas. Repisando que a licitação não apresenta previsão mínima da quantidade que será adquirida.

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, o parecer, com as ressalvas a serem sanadas, é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 22 DE JANEIRO DE 2021


José de Barros Neto
J.º 9341-0 - CAB-MT 9341-0

Portaria n.º 58/12